



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

<b>INTERESSADA:</b> Instituição Toledo de Ensino		<b>UF:</b> SP
<b>ASSUNTO:</b> Credenciamento do Centro Universitário de Bauru, por transformação da Faculdade de Ciências Econômicas de Bauru, da Faculdade de Direito de Bauru e da Faculdade de Serviço Social de Bauru, todas com sede na cidade de Bauru, no Estado de São Paulo.		
<b>RELATOR:</b> Milton Linhares		
<b>PROCESSO N°:</b> 23000.000836/2003-61		
<b>SAPIEnS N° :</b> 20031000444		
<b>PARECER CNE/CES N°:</b> <b>168/2006</b>	<b>COLEGIADO:</b> <b>CES</b>	<b>APROVADO EM:</b> <b>7/7/2006</b>

## I – RELATÓRIO

A Instituição Toledo de Ensino, sociedade civil sem fins lucrativos, criada em 1956, com sede e foro na cidade de Bauru, no Estado de São Paulo, solicitou ao Ministério da Educação, em 31/1/2003, o credenciamento do Centro Universitário de Bauru, por transformação da Faculdade de Ciências Econômicas de Bauru, da Faculdade de Direito de Bauru e da Faculdade de Serviço Social de Bauru, todas com sede na cidade de Bauru, no Estado de São Paulo.

A Mantenedora atendeu às exigências do artigo 20 do então Decreto nº 3.860/2001, revogado pelo Decreto nº 5.773, de 9/5/2006, e ora estabelecidas pelo artigo 15 do novo ordenamento, referentes à documentação fiscal e parafiscal.

As Faculdades referidas foram criadas pelos seguintes atos:

Faculdades	Atos de Criação
1. Faculdade de Ciências Econômicas de Bauru	Decreto nº 48.422/1960
2. Faculdade de Direito de Bauru	Decreto nº 31.009/1952
3. Faculdade de Serviço Social de Bauru	Decreto nº 54.274/1964

A Coordenação responsável pela análise do PDI, em despacho datado de 19/5/2003, recomendou a continuidade da tramitação do processo, tendo em vista a adequação do Plano de Desenvolvimento Institucional às exigências da legislação e aos critérios de coerência e factibilidade.

Em 5/8/2003, a Coordenação Geral de Legislação Normas do Ensino Superior, após análise de documentos e informações complementares apresentadas pela Instituição, exarou despacho no Registro SAPIEnS, no qual concluiu que a proposta de estatuto apresentada para o Centro Universitário atende ao contido na Lei nº 9.394/96 e legislação correlata.

As análises e manifestações da Secretaria de Educação Superior – SESu viabilizaram o encaminhamento do processo ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” e este, com a finalidade de constatar a exatidão das informações prestadas e verificar as condições de funcionamento da Instituição, visando ao credenciamento pleiteado, designou Comissão de Avaliação, constituída pelos professores Letícia Soares de Vasconcelos

Sampaio Suñé, José Antonio Viana e Maria Odette de Pauli Bettega. A visita de verificação ocorreu no período de 8 a 10/12/2003. A Comissão de Avaliação apresentou relatório conclusivo, no qual recomendou o credenciamento pleiteado.

A Secretaria de Educação Superior, por meio do Relatório SESu/DESUP/COSUP nº 1.146, de 28/7/2004, assim se manifestou quanto ao mérito:

*Com base nos dados constantes do processo e, em especial, no relatório da Comissão de Avaliação, esta Secretaria, nos termos da legislação vigente, apresenta, nas informações que se seguem, subsídios para a análise da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.*

## 1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

*A Comissão de Avaliação informou que as Faculdades, localizadas na região central do Estado de São Paulo, experimentaram, nos últimos anos, um notável processo de transformação. Registram-se, assim, a expansão e titulação do corpo docente, a expansão do espaço físico e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de programas de extensão, com o envolvimento do poder público e da sociedade civil. O bom nome da IES, sua consolidação e inserção na região, representada pelos múltiplos convênios, acumulam um patrimônio digno de ser preservado.*

*Os processos de gestão das Faculdades vêm amadurecendo, com destaque para o relacionamento harmônico entre todos os segmentos da comunidade acadêmica, que manifesta grande expectativa diante da possibilidade de transformação em Centro. O atendimento desse pleito pode propiciar sinergia entre diversos segmentos, tais como os atuais cursos de graduação e de pós-graduação, os projetos de pesquisa e os programas de extensão em andamento, o atendimento às demandas sociais reprimidas e o papel de destaque no cenário regional.*

*O compromisso social da Mantenedora com o Município de Bauru e com a região e o anseio da comunidade acadêmica, percebido pela Comissão, são justificativas apresentadas para a transformação em Centro Universitário.*

## 2. ENSINO

### 2.1 CURSOS DE GRADUAÇÃO

*As Faculdades ministram os seguintes cursos de graduação, conforme dados do SiedSup:*

<b>1) Faculdade de Ciências Econômicas de Bauru</b>			
<b>Cursos</b>	<b>Atos de</b>		
	<b>Autorização</b>	<b>Reconhecimento</b>	<b>Renovação</b>
<b>1. Administração, habilitações:</b>			
- Administração Geral	Dec. nº 73.951/74	Dec. nº 78.722/76	Port. MEC nº 69/2000 (5 anos)
- Comércio Exterior	Port. MEC nº 3.968/2003		
- Gestão de Sistemas de Informação	Port. MEC nº 3.968/2003		
<b>2. Ciências Aeronáuticas</b>	Port. MEC nº 3.970/2003		
<b>3. Ciências Contábeis</b>	Dec. nº 48.422/60	Dec. nº 62.767/68	
<b>4. Ciências Econômicas</b>	Dec. nº 48.422/60	Dec. nº 62.767/68	

A Faculdade de Ciências Econômicas de Bauru solicitou a renovação de reconhecimento dos cursos de Ciências Contábeis e de Ciências Econômicas, conforme Registros SAPIEnS n.ºs 706053 e 706057, respectivamente. A IES oferta dois cursos sequenciais de formação específica: Gestão em Negócios Imobiliários e Gestão de Pequenas e Médias Empresas.

<b>2) Faculdade de Direito de Bauru</b>			
Cursos	Atos de		
	Autorização	Reconhecimento	Renovação
1. Direito	Dec. n.º 31.099/52	Dec. n.º 40.230/56	Port. MEC n.º 73/2000 (5 anos)

A Faculdade de Direito de Bauru não oferta cursos sequenciais e não há processos de seu interesse em tramitação no MEC.

<b>3) Faculdade de Serviço Social de Bauru</b>			
Cursos	Atos de		
	Autorização	Reconhecimento	Renovação
1. Serviço Social	Dec. n.º 54.274/64	Dec. n.º 62.394/68	

A Faculdade de Serviço Social de Bauru não oferta cursos sequenciais. A renovação de reconhecimento do curso de Serviço Social foi solicitada ao MEC, conforme Registro SAPIEnS n.º 20031005572.

No Exame Nacional de Cursos, foram obtidos os resultados a seguir especificados:

<b>Faculdade de Ciências Econômicas de Bauru</b>								
Cursos	Anos							
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
1. Administração	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>A</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>
2. Ciências Contábeis							<b>C</b>	<b>C</b>
4. Economia				<b>C</b>	<b>C</b>	<b>D</b>	<b>C</b>	<b>C</b>
<b>Faculdade de Direito de Bauru</b>								
5. Direito		<b>C</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>A</b>	<b>A</b>	<b>C</b>	<b>C</b>

Ao curso de Ciências Econômicas, submetido à Avaliação das Condições de Oferta, foram atribuídos os conceitos:

<b>Avaliação das Condições de Oferta – 1999</b>			
Curso	Corpo Docente	Organização Didático-Pedagógica	Instalações
Ciências Econômicas	<b>CI</b>	<b>CMB</b>	<b>CB</b>

De acordo com o relatório da Comissão, os resultados obtidos no ENC representam boa conceituação. A exceção está representada pelo “CI”, obtido na Avaliação das Condições de Oferta. No entendimento da Comissão, tal insuficiência de desempenho pode ser considerada pontual, tendo em vista que a maioria dos resultados obtidos aponta para um ensino de qualidade. Os alunos demonstraram grande satisfação com o nível de ensino e declararam que é este o diferencial entre a IES e as demais instituições da região.

*A Comissão de Avaliação informou que existe participação efetiva das coordenações dos cursos e dos docentes na implementação, revisão e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos.*

*Um dos pontos fortes da IES é a articulação entre as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, observada em todos os cursos ofertados atualmente e, de forma mais intensa, no curso de Serviço Social, devido às ações voltadas para as demandas da comunidade.*

*O apoio ao corpo docente é realizado de forma não sistemática, por meio de ações eventuais, a exemplo de aulas de oratória, de inglês e de espanhol. Encontra-se em vias de implantação um núcleo de apoio didático voltado para a capacitação docente. Os alunos contam com serviço de atendimento, para dirimir dúvidas sobre os conteúdos ministrados. Para a formação do aluno, a IES dispõe do Núcleo de Atividades Complementares e do Núcleo Psicopedagógico, este último em fase de implantação.*

*A avaliação do desempenho docente é feita de modo sistemático, por meio da aplicação de questionário dirigido aos alunos de graduação e de pós-graduação.*

*A estrutura de fluxo do controle acadêmico está totalmente informatizada, dispondo de sistema ágil e eficiente. Os alunos manifestaram satisfação com o funcionamento desse setor.*

## **2.2 PÓS-GRADUAÇÃO**

*A Comissão destacou que a IES atende plenamente às exigências do ensino de pós-graduação lato sensu, ofertado de forma sistemática.*

*Existe um curso de pós-graduação stricto sensu em Direito Constitucional, iniciado em 1998, credenciado pela CAPES, contando com quatro bolsas originárias daquele órgão. A área de concentração é Sistema Constitucional de Garantias de Direitos. A oferta deste curso, no entendimento da Comissão, merece destaque e demonstra a maturidade da instituição de ensino.*

*De acordo com o projeto apresentado pela Instituição, no período compreendido entre 2000 e 2002, foram ministrados os seguintes cursos de especialização: Gestão Empresarial, Gestão Financeira e Controladoria, Marketing, Direito Processual Civil e Direito Civil e Direito Processual Civil.*

## **3. ATIVIDADES DE EXTENSÃO, PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO E PESQUISA**

*As atividades de prática de investigação estão sendo fomentadas pelas Faculdades. Atualmente, há oportunidades de iniciação científica, ligada ao Núcleo de Iniciação Científica, visando à expansão de bolsas nessa área. Vários docentes desenvolvem projetos de produção científica associada. A Comissão considerou que há necessidade de expansão dessas atividades.*

*Embora o programa de iniciação científica ainda não esteja institucionalizado, há 3% de alunos vinculados às atividades de pesquisa e de extensão, na qualidade de voluntários ou mediante pequena ajuda financeira.*

*As atividades de extensão são intensas, caracterizadas por forte inserção regional. São em grande número as parcerias existentes entre as Faculdades e instituições públicas e privadas e setor empresarial. De acordo com a Comissão, tais programas representam um dos selos de qualidade do futuro Centro Universitário.*

*O projeto da IES assinala que foram ministradas várias palestras no período 2000/2001, com envolvimento de professores e de alunos, como parte de sua formação.*

No mesmo período, as atividades de pesquisa estão representadas por projetos em Direito Constitucional, Direito Civil e Direito Processual Civil. A Comissão destacou que essas atividades ainda necessitam de maiores incentivos.

#### 4. CORPO DOCENTE

De acordo com o relatório da Comissão, o quadro docente das Faculdades que integrará o futuro Centro apresenta boa formação acadêmica e profissional, adequada ao exercício do ensino, da pesquisa e da extensão.

Em decorrência da experiência acadêmica e profissional dos docentes, a integração entre teoria e prática e a concepção da interdisciplinaridade estão presentes em todos os cursos das Faculdades, mediante atividades e ações dos Núcleos de Atividades Complementares, de Pesquisa e Integração, de Monografia, de Iniciação Científica, de Integração Docente e de Prática Jurídica. Tais aspectos são também desenvolvidos no Cartório, no Escritório de Aplicação Jurídica, nos convênios e na Empresa Júnior.

A publicação dos professores das Faculdades perfaz: 49 artigos editados em periódicos nacionais, com corpo editorial; 7 artigos publicados em periódicos estrangeiros, com corpo editorial; 27 trabalhos completos, publicados em anais de congresso; 30 trabalhos apresentados em congressos científicos; 7 resumos publicados em congressos científicos; 52 capítulos de livros publicados; 7 monografias de cursos de especialização, defendidas e aprovadas; 42 dissertações de mestrado, defendidas e aprovadas; 10 teses de doutorado, defendidas e aprovadas; oito dissertações de mestrado, orientadas e aprovadas; 8 teses de doutorado orientadas e aprovadas; 207 palestras proferidas; 38 artigos de opinião publicados em jornais e revistas; 3 publicações em veículos de circulação nacional; 39 publicações em veículo de circulação local; 38 publicações em veículo próprio.

A Comissão destacou a publicação da Revista RIPE, indexada, do curso de Direito, e da Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos do Curso de Serviço Social, com artigos e trabalhos de pesquisa de professores das Faculdades e de alunos dos cursos de pós-graduação.

Os dados constantes da relação de professores apresentada pela Comissão de Avaliação estão consolidados no quadro a seguir:

Qualificação dos docentes	Nº docentes	Percentual total	Regime de Trabalho					
			TI	%	TP	%	H	%
Doutores	19	13,1	4	21,0	13	68,4	2	10,5
Doutorado não concluído	6	4,1	2	33,3	3	50,0	1	16,6
Mestres	60	41,6	13	21,6	31	51,6	16	26,6
Mestrado não concluído	18	12,5	3	16,6	12	66,6	3	16,6
Especialistas	24	16,6	1	4,16	6	25,0	17	70,8
Graduados	17	11,8	1	5,8	8	47,0	8	47,0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>144</b>	<b>100,0</b>	<b>24</b>	<b>16,6</b>	<b>73</b>	<b>50,6</b>	<b>47</b>	<b>32,6</b>

TI – Tempo integral TP – Tempo parcial H – Horista

Conforme critérios de análise próprios, a Comissão identificou os seguintes percentuais, com relação à qualificação e ao regime de trabalho do corpo docente:

<i>Titulação</i>	<i>Percentual</i>	<i>Regime de Trabalho</i>	<i>Percentual</i>
<i>Livres docentes</i>	<i>1,38</i>		
<i>Doutores</i>	<i>11,8</i>		
<i>Mestres</i>	<i>54,1</i>	<i>Tempo integral</i>	<i>15,2</i>
<i>Especialistas</i>	<i>25,00</i>	<i>Tempo parcial</i>	<i>49,3</i>
<i>Graduados</i>	<i>8,3</i>	<i>Horistas</i>	<i>35,4</i>
<i>Total Geral</i>	<i>100,00</i>		<i>100,00</i>

A Comissão informou que, do total de professores, 50% contam com mais de 10 anos de magistério no ensino superior e apresentam relevante experiência profissional.

Os professores do curso de Serviço Social são todos horistas, à exceção da coordenadora do curso. No curso de Direito, os professores são contratados em regime de tempo integral e parcial. No entendimento da Comissão, há necessidade de que a distribuição do regime de trabalho seja mais equilibrada, para atender ao notável despertar para a pesquisa, presente no cotidiano acadêmico das Faculdades envolvidas e que vem complementar a tradicional prática de extensão.

O Parecer CNE/CES n.º 618/99 sugere, como parâmetros aceitáveis, a existência de 90% de doutores, mestres e especialistas, de 10% de docentes em regime de tempo integral e de 40% de professores em tempo contínuo (12 a 24 horas semanais). No presente caso, os índices indicados pela Comissão são 92,28% e 15,2%, em relação à qualificação e regime de trabalho em tempo integral. Conforme nominata apresentada no relatório, existem 70 professores em tempo contínuo, ou seja, 48,61%. Assim, todas as indicações do Parecer foram atendidas.

As Faculdades possuem planos de carreira docente e de qualificação e capacitação docente.

No PDI, o plano de carreira define os princípios básicos e os regulamentos, de acordo com as normas legais e regimentais, abrangendo os aspectos de operacionalização, da política de pessoal docente e da avaliação do desempenho docente. O plano de capacitação dos docentes, proposto no PDI, integra a política geral de pessoal docente e dá prioridade aos programas de pós-graduação lato e stricto sensu, com a finalidade de formar pesquisadores e fortalecer grupos emergentes de pesquisa.

## 5. INSTALAÇÕES E LABORATÓRIOS

De acordo com o projeto da Instituição, as Faculdades estão situadas na Praça Nove de Julho, n.º 1-51, na Vila Falcão, em Bauru.

A Comissão de Avaliação informou que as instalações gerais e o mobiliário exibem um alto padrão de qualidade e atendem, de forma satisfatória, às exigências de conforto e de bem estar. Os corredores, as escadas, rampas e demais acessos possuem bom dimensionamento e apresentam-se limpos e confortáveis.

As salas de aula são amplas, climatizadas, arejadas, dotadas de equipamentos modernos e de carteiras almofadadas, projetadas sob medida. As instalações administrativas são adequadas e equipadas para proporcionar conforto a seus usuários.

O espaço destinado aos docentes é, contudo, acanhado e não proporciona a privacidade e a possibilidade de concentração necessárias ao trabalho intelectual. O acesso aos recursos de informática, para trabalhos de rotina, não é satisfatório. Entretanto, os professores manifestaram à Comissão um alto grau de satisfação com as condições de trabalho proporcionadas pela Instituição.

*As instalações e os equipamentos destinados às coordenações dos cursos, quase sempre compartilhados com o cargo de direção das Faculdades, são, em geral, satisfatórios.*

*A Comissão ressaltou que merecem destaque os auditórios e as salas destinadas a grandes eventos, devido ao alto padrão de conforto e de comodidade. Tais espaços possuem instalações físicas modernas, equipamentos e recursos de última geração.*

*As instalações sanitárias são modernas e confortáveis, bem cuidadas e dispõem de condições de acesso para portadores de necessidades especiais.*

*A infra-estrutura de segurança patrimonial e pessoal é bem consistente e está presente nos locais devidos.*

*As obras de construção civil projetadas e em andamento refletem a preocupação institucional com a manutenção, atualização e expansão do espaço físico.*

*As Faculdades possuem oito laboratórios de informática, uma sala de vídeo conferência e um laboratório de multimídia, para apoio aos docentes, com 350 microcomputadores destinados aos cinco cursos ministrados. Esses espaços são caracterizados pela organização e pelo zelo.*

*Os equipamentos são de última geração, dotados de recursos adicionais muito avançados. A Instituição mantém uma equipe técnica qualificada, responsável pela manutenção e pela perfeita organização dos laboratórios, os quais atendem plenamente às necessidades dos alunos.*

## **6. BIBLIOTECA**

*A área física da biblioteca está dividida em três espaços: um para o curso de Direito, da Faculdade de Direito de Bauru; outro, para os cursos de Administração, Ciências Econômicas e Serviço Social, da Faculdade de Ciências Econômicas e da Faculdade de Serviço Social; o terceiro espaço, de criação mais recente, está destinado aos cursos de pós-graduação. Os três ambientes são bem cuidados, organizados e agradáveis, mas a área física é reduzida. Não há cabines para estudo individual e em grupo e o espaço destinado a tal fim, embora amplo, é compartilhado e sem divisórias, fato que impede sua utilização por uma pessoa ou por um grupo de discussão.*

*O acervo está atualizado e conta com número de exemplares adequado, de acordo com depoimento de professores e de alunos. A maioria dos títulos de periódicos é nacional. O nível de informatização é adequado, com utilização da base EBSCO, havendo possibilidade de acesso ao acervo pela Internet e pela Intranet, permitindo consulta e reserva. Os alunos podem manusear os livros nas bibliotecas, exceção feita a uma delas, à qual tal possibilidade será estendida, em breve. Existem jornais e revistas, bem como equipamentos de multimídia.*

*A política de expansão e de atualização do acervo é satisfatória nas Faculdades, sendo elogiada a presteza com que as obras indicadas são adquiridas.*

*O horário de atendimento das bibliotecas é plenamente satisfatório, com possibilidade de horários extras, para atender à solicitação de alunos.*

*O pessoal técnico-administrativo é suficiente e qualificado e existe apoio para elaboração de trabalhos acadêmicos, por meio de manual de orientação e de assistência direta e pessoal.*

*A Comissão foi informada de que a Instituição pretende construir uma biblioteca central, após o credenciamento pleiteado.*

## 7. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

*O projeto de avaliação institucional limita-se à coleta de opinião dos alunos sobre os professores, as disciplinas, a infra-estrutura e a administração, além da própria auto-avaliação do aluno.*

*No entendimento da Comissão, há necessidade de que o projeto de avaliação se torne mais abrangente e mais profundo. Para tal, a avaliação deverá basear-se não apenas na coleta de opinião acadêmica, mas também em dados institucionais quantitativos e qualitativos, bem como no cruzamento desses dados.*

*A proposta de avaliação constante do PDI, de acordo com a Comissão, apresenta concepção confusa, fundamentação teórica superficial e delineamento metodológico pouco claro quanto às etapas do processo e aos procedimentos operacionais.*

*Para coordenar o processo de avaliação, o PDI sugere uma comissão formada pelo Diretor-Geral, Vice-Diretor e pelos demais componentes do Conselho Universitário. A Comissão ressaltou que, embora seja fundamental o compromisso das autoridades, é indispensável a presença, na comissão de avaliação institucional, dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo, como elementos de liderança e com poder de motivação para conduzir o processo.*

*O projeto de avaliação apresenta, também, algumas impropriedades de nomenclatura. Para exemplificar, os critérios de avaliação e as fontes de informação são considerados como indicadores.*

*Conforme relatório, a Comissão não detectou ações acadêmico-administrativas, objetivando melhorias, em decorrência de resultados dos processos atuais de avaliação realizados pelas Faculdades.*

## 8. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

*A estrutura administrativa proposta para o Centro necessita ser revista, no que tange à disposição hierárquica dos seus órgãos e à inexistência de cargos de ligação entre a administração superior e os órgãos de execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão.*

*A administração pretendida para o Centro está definida no estatuto proposto e apresenta problemas relacionados aos cargos da administração e à gestão administrativa, aos órgãos colegiados e à comunidade acadêmica.*

*O organograma coloca a Diretoria Geral do Centro, equivalente à Reitoria, em escala hierárquica intermediária entre o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.*

*O estatuto proposto, na parte dedicada à estrutura administrativa, estabelece como cargo de administração somente a Diretoria Geral, sem referência às vice-diretorias, que, entretanto, são citadas no capítulo III, no qual é definida a constituição do Conselho Universitário Superior, CONSU.*

*Existe um hiato entre a administração e os órgãos de ensino, pesquisa e extensão. Há previsão de desaparecimento dos cargos de diretoria das Faculdades e, dessa forma, as funções de coordenadorias de cursos e de chefias de departamento abarcam os encargos administrativos e pedagógicos. A ausência dos diretores de Faculdades, no entendimento da Comissão, fragmenta as ações administrativas e prejudica a integração dos cursos e departamentos, bem como a implementação das políticas institucionais.*

*A Comissão considerou que a denominação de Diretor-Geral, proposta para o cargo de presidente do Centro Universitário, é inadequada, tendo em vista que o título de Reitor é próprio das instituições universitárias e que sua utilização é*



*importante nos momentos de interlocução com a sociedade e para a representação da IES frente aos órgãos públicos e privados.*

*A CGLNES/SESu, após cumprimento de diligência, considerou que a proposta estatutária do Centro Universitário de Bauru atende ao contido na Lei nº 9.394/96 e à legislação correlata.*

#### **9. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)**

*A Instituição apresentou Plano de Desenvolvimento Institucional, correspondente ao período 2002/2007, que foi aprovado pela SESu.*

*A Comissão informou que o PDI apresenta missão, vocação e objetivos institucionais bem definidos. A vocação é clara e contempla o compromisso da instituição com as peculiaridades regionais e com as necessidades do mercado de trabalho.*

*As metas são abrangentes e estabelecem vínculos com os elementos essenciais de qualidade acadêmica, em perfeita consonância com os objetivos institucionais. Contudo, essas metas não quantificam a expansão de ensino pretendida. Além disso, o PDI não apresenta cronograma financeiro, documento que foi solicitado durante a visita e apresentado à Comissão. A relação dos futuros cursos está inserida no texto sobre contextualização da IES, no relatório da Comissão, a qual considerou que tal expansão é perfeitamente assimilável pelo Centro Universitário de Bauru.*

*Sobre a coerência entre as ações acadêmico-administrativas propostas e em andamento, em função da vocação, dos objetivos e das metas institucionais, a Comissão teceu algumas considerações, ressaltando que a relação das metas institucionais propostas e em andamento consta do formulário eletrônico, mas os textos são vagos e não fazem a correlação necessária. A análise da coerência destacou os seguintes aspectos:*

*- as ações institucionais e em andamento contemplam parcialmente a vocação do Centro, tendo em vista que o compromisso institucional com as peculiaridades da região está representado, apenas, pela ação que prevê o estabelecimento de convênios com entidades e organizações da sociedade civil;*

*- a coerência entre as ações acadêmico-administrativas, em função dos objetivos do Centro, é muito precária devido à inexistência de ações que visem o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão, cuja implementação está prevista nos objetivos IV, V, VI e VII do PDI;*

*- as metas institucionais são parcialmente cotejadas nas ações acadêmico-administrativas propostas e em andamento.*

*As metas mais marcantes do PDI estão relacionadas a seguir.*

#### **Cursos de Graduação**

*A Comissão de Avaliação informou que, por ocasião da visita, cinco novos cursos estavam sendo autorizados: Administração, habilitação Comércio Exterior; Administração, habilitação Sistemas de Informação; Ciências Aeronáuticas, habilitação Formação de Piloto Comercial; cursos seqüenciais de Gestão de Negócios Imobiliários e Administração de Pequenas e Médias Empresas.*

*Dados atualizados revelam que as habilitações do curso de Administração e o curso de Ciências Aeronáuticas, bem como dois cursos seqüenciais, na área proposta, já foram autorizados pelo MEC.*

Conforme relatório, há previsão de implantação dos seguintes cursos e habilitações:

<i>Cursos/Habilitações</i>	<i>Ano</i>
1. Educação Física	2005
2. Tecnologia em Mídias Digitais	2005
3. Habilitação Gestão de Aeroportos, do curso de Ciências Aeronáuticas	2005
4. Habilitação em Marketing, do curso de Administração	2005
5. Ciência da Computação	2006
6. Psicologia	2006
7. Fisioterapia	2007
8. Comunicação Social, habilitação Publicidade e Propaganda	2007
9. Secretariado Executivo Bilíngüe	2008
10. Relações Internacionais	2008

Cursos de Pós-Graduação

A IES pretende implantar, em 2006, o curso de mestrado em Administração de Empresas.

Demais áreas de atuação

O projeto da IES não apresenta metas discriminadas e quantificadas sobre as demais áreas de atuação da IES. O item “6. Etapas do Cronograma de Implantação” está constituído pelo quadro que se segue:

<i>Etapas</i>	2002	2003	2004	2005	2006	2007
<i>Credenciamento do Centro Universitário</i>	X					
<i>Protocolo – Autorização dos cursos objeto de autorização</i>	X					
<i>Reforma e adaptação das instalações físicas</i>	X					
<i>Montagem do acervo bibliográfico – biblioteca</i>	X					
<i>Visita in loco do Comitê de Avaliação do MEC</i>		X				
<i>Contratação do corpo técnico-administrativo</i>		X				
<i>Contratação do corpo docente</i>		X	X	X	X	X
<i>Discussão das diretrizes básicas do PDI junto à comunidade acadêmica</i>		X				
<i>Implementação da proposta didático-pedagógica de seus cursos</i>		X	X	X	X	X
<i>Implementação do plano de cargos e de carreira</i>			X	X	X	X
<i>Implementação do plano de avaliação institucional e de seus cursos</i>			X	X	X	X

**10. PARECER FINAL DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**

A Comissão de Avaliação atribuiu aos aspectos avaliados os conceitos abaixo:

<i>Dimensões</i>	<i>Conceitos</i>
<b>1. Organização Institucional:</b> PDI, Projetos Pedagógicos dos Cursos e Articulação das Atividades Acadêmicas, Avaliação Institucional	<b>CB</b>
<b>2. Corpo Docente:</b> Formação Acadêmica e Profissional, Condições de Trabalho, Desempenho Acadêmico e Profissional	<b>CMB</b>

<b>3. Instalações:</b> <i>Instalações Gerais, Biblioteca, Laboratórios e Instalações Especiais</i>	<b>CMB</b>
--	------------

*No parecer final, a Comissão de Avaliação destacou os pontos mais relevantes da IES:*

- *tradição de 52 anos de ensino superior na região;*
- *sistema de gestão compartilhada;*
- *qualidade do ensino de graduação e de pós-graduação;*
- *expressiva inserção das Faculdades nas comunidades local e regional, com projetos de pesquisa e programas de extensão adequados às necessidades do mercado de trabalho;*
- *excelente infra-estrutura física e logística;*
- *tecnologia de ponta aplicada aos equipamentos de informática e de multimeio;*
- *comprometimento do corpo docente com a Instituição;*
- *alto nível de satisfação do corpo discente com o ensino ofertado;*
- *agilidade administrativa no atendimento a professores e alunos, especialmente para aquisição de material bibliográfico;*
- *boa estabilidade do corpo docente;*
- *existência de um curso de mestrado, na área de Direito, credenciado pela CAPES, e de cursos de especialização.*

*A Comissão de Avaliação, com o propósito de contribuir para a melhoria contínua da Instituição, apresentou as recomendações abaixo transcritas:*

- a) rever o organograma proposto para as instâncias administrativas e deliberativas do Centro Universitário;*
- b) revisar a proposta do Projeto de Avaliação Institucional;*
- c) estabelecer metas para que haja uma distribuição mais eqüitativa, entre os cursos, do regime de trabalho dos docentes;*
- d) implantar um núcleo de apoio didático-pedagógico para os docentes;*
- e) inserir, no Plano de Carreira Docente, critérios que priorizem a produtividade acadêmica nos dispositivos de ascensão funcional.*

*O relatório da Comissão de Avaliação apresentou a seguinte conclusão:*

*Em face do grande número de aspectos positivos apresentados pelas Faculdades mantidas pela Instituição Toledo de Ensino e aos conceitos obtidos nas três dimensões de avaliação, CB, CMB e CMB, a Comissão RECOMENDA O CREDENCIAMENTO do Centro Universitário de Bauru.*

#### **11. CONSIDERAÇÕES DA SESu/MEC**

*Os pré-requisitos a serem cumpridos pelas instituições, com vista ao credenciamento como centros universitários, estão definidos na Resolução CNE/CES n.º 10/2002.*

<i>Resolução CNE/CES nº 10/2002</i>	
<i>Pré-Requisitos</i>	<i>Condições Apresentadas pela IES</i>
<i>1. Cinco ou mais cursos de graduação reconhecidos.</i>	<i>- As Faculdades contam com seis cursos, dos quais cinco são reconhecidos.</i>
<i>2. Mais da metade de conceitos A, B ou C nas três últimas avaliações do ENC.</i>	<i>- Os cursos ministrados pela IES obtiveram dez conceitos A, B ou C e apenas um conceito D, nas três últimas avaliações.</i>
<i>3. Nenhum conceito Insuficiente no item corpo docente, na avaliação das condições de oferta de cursos.</i>	<i>- A Comissão atribuiu o conceito CMB à dimensão Corpo Docente. O curso de Ciências Econômicas, contudo, obteve CI na dimensão Corpo Docente, na avaliação das condições de oferta realizada em 1999.</i>
<i>3. Nenhum pedido de reconhecimento de curso superior negado nos últimos cinco anos.</i>	<i>- Não houve pedido de reconhecimento negado.</i>
<i>4. Programa de Avaliação institucionalizado</i>	<i>- O projeto de avaliação institucional limita-se à coleta de opinião dos alunos sobre os professores, as disciplinas, a infra-estrutura e a administração, além da própria auto-avaliação do aluno. Para a Comissão, há necessidade de que o projeto de avaliação se torne mais abrangente e mais profundo.</i>
<i>5. Avaliação institucional positiva, realizada pelo INEP.</i>	<i>- A avaliação institucional ocorrida no presente processo não registra "Condições Insuficientes".</i>

*Na Avaliação das Condições de Oferta realizada em 1999, o Corpo Docente do curso de Ciências Econômicas, ministrado pela Faculdade de Ciências Econômicas de Bauru, obteve o conceito CI. A Comissão de Avaliação, ao considerar tal avaliação negativa, ponderou que a insuficiência de desempenho pode ser considerada pontual, tendo em vista que a maioria dos conceitos atribuídos aos cursos é compatível com um ensino de qualidade. Entretanto, cabe ressaltar que somente será possível confirmar a melhoria das condições de oferta do curso de Ciências Econômicas e, possivelmente, a alteração do quadro de insuficiência do corpo docente, após nova avaliação a ser promovida por Comissão designada pelo INEP em função do pedido de renovação de reconhecimento do curso, já protocolizado pela Instituição.*

*A situação que hora se descreve é suficiente para se confirmar o não atendimento de um dos requisitos da Resolução CNE/CES nº 10/2002, motivo pelo qual esta Secretaria se manifesta contrária ao atendimento do pleito.*

E assim conclui o Relatório SESu/DESUP/COSUP nº 1.146/2004:

*Encaminhe-se o presente processo à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, com indicação contrária ao credenciamento do Centro Universitário de Bauru, por transformação da Faculdade de Ciências Econômicas de Bauru, da Faculdade de Direito de Bauru e da Faculdade de Serviço Social de Bauru, todas com sede na cidade de Bauru, no Estado de São Paulo, mantidas pela Instituição Toledo de Ensino, sediada na mesma cidade e Estado.*

- Considerações do Relator

Posteriormente à distribuição do presente processo por sorteio, este Relator recebeu Ofício MEC/SESu/DESUP nº 6.743, de 8/9/2004, assinado pelo senhor Secretário de

Educação Superior, pelo qual solicita à CES a retificação da conclusão manifestada por aquela Secretaria, inicialmente contrária ao credenciamento ora pleiteado. Eis a íntegra do documento:

*Ofício nº 6.743/2004-MEC/SESu/DESUP*

*Assunto: Processo Registro SAPIEnS nº 20031000444 – Credenciamento do Centro Universitário de Bauru*

1. *Vimos, pelo presente, solicitar à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CES/CNE, a retificação da conclusão manifestada por esta Secretaria no processo em epígrafe, na qual consta o encaminhamento do pedido para deliberação da CES/CNE, com indicação contrária ao credenciamento pleiteado.*

2. *Com efeito, conforme consta no Relatório SESu/DESUP/COSUP nº 1.146/2004, foi registrado que o curso de Ciências Econômicas oferecido pela Faculdade de Ciências Econômicas de Bauru, obteve o conceito CI na dimensão Corpo Docente, na avaliação das condições de oferta realizada em 1999, o que indicava o não atendimento de um dos requisitos estabelecidos pela Resolução CNE/CES nº 10/2002.*

3. *A Instituição, após tomar ciência do supracitado relatório inserido no Registro SAPIEnS em tela, informou à SESu que, no ano de 2003, o INEP promoveu a avaliação das condições de oferta do curso de Ciências Econômicas. O resultado, consubstanciado no relatório anexo, indicou que a dimensão Corpo Docente obteve dos especialistas o conceito “CB”.*

4. *Faz-se oportuno esclarecer que, por ocasião da análise do pleito de credenciamento do Centro Universitário e conseqüente elaboração do Relatório SESu/DESUP/COSUP nº 1.146/2004, esta Secretaria não conhecia as providências do INEP no tocante à avaliação das condições de oferta do referido curso.*

5. *Diante da situação que agora se apresenta, cumpre a esta Secretaria reconhecer que não resta impedimento legal para que se recomende o credenciamento do Centro Universitário de Bauru, por transformação da Faculdade de Ciências Econômicas de Bauru, da Faculdade de Direito de Bauru e da Faculdade de Serviço Social de Bauru, todas com sede na cidade de Bauru, no Estado de São Paulo, mantidas pela Instituição Toledo de Ensino, sediada na mesma cidade e Estado, motivo pelo qual requer a juntada do presente documento ao Relatório SESu/DESUP/COSUP nº 1.146/2004.*

Visando a esclarecer tal situação, o processo foi convertido em Diligência CNE/CES nº 4/2005, para que a SESu/MEC se pronunciasse quanto à realização, após o ano de 1999, de Avaliação das Condições de Ensino do curso de Ciências Econômicas da instituição interessada – e respectivo resultado da dimensão corpo docente – e também quanto aos resultados do último processo de reconhecimento do referido curso.

Em resposta à diligência, o senhor Diretor do DESUP, por meio do Ofício MEC/SESu/DESUP nº 2.314/2005, ratifica as informações constantes do ofício anterior e acrescenta as seguintes:

*Conforme pode ser observado, o processo em tela foi encaminhado para apreciação deste Conselho instruído de nosso Relatório SESu/COSUP nº 1.146/2004.*

*Neste restou sem referência a avaliação das condições do curso de Ciências Econômicas, promovida por Comissão designada pelo INEP no ano de 2003, o que implicou, diretamente, a recomendação de não acolhimento do pedido de credenciamento do Centro Universitário de Bauru.*

*Ao conhecer, no entanto, os resultados positivos de tal avaliação, que atribuiu à dimensão “Corpo Docente” o conceito “CB” e, em conseqüência, a inexistência de fatores impeditivos para o acolhimento do credenciamento solicitado no processo em referência, reconhecemos a omissão da informação e solicitamos a retificação do Relatório SESu/COSUP n.º 1.146/2004 para que dele passasse a constar a manifestação favorável ao credenciamento requerido.*

*Com vistas, ainda, a atender ao requerido na citada Diligência, cumpre-nos informar que o reconhecimento do curso de Ciências Econômicas, em referência, deu-se com a edição Decreto n.º 62.767, de 23 de maio de 1968. A renovação de seu reconhecimento foi solicitada no Registro SAPIEnS n.º 706057, o qual se encontra em tramitação nesta Secretaria.*

*Estas são, Senhor Presidente, as informações que, s.m.j., consideramos pertinentes para atender ao requerido na Diligência CNE/CES n.º 4/2005, motivo pelo qual retornamos os autos à consideração deste Conselho, com a indicação favorável ao credenciamento do Centro Universitário de Bauru, e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.*

Considerando, então, como superado o ponto contrário ao credenciamento inicialmente indicado pela Secretaria de Educação Superior, este Relator passou ao despacho interlocutório com a Instituição objetivando a atualização de dados do relatório e a preparação da visita dos conselheiros, como é de praxe da CES em processos dessa natureza. No início do ano de 2006, a IES manteve outro despacho com o Relator que culminou com o agendamento da visita para o mês de abril, ocasião em que a mesma manifestou a pretensão de realizar a apresentação de um memorial detalhado relacionado com a atualização das informações apontadas pela Comissão de Avaliação.

Em 19 de abril de 2006, este Relator visitou as instalações da Instituição, na cidade de Bauru, em São Paulo, acompanhado do conselheiro Antônio Carlos Caruso Ronca. Na oportunidade, realizamos reuniões com membros da direção das faculdades, com coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação, e também com representantes dos discentes desses cursos. Na seqüência, visitamos todas as instalações da IES.

Pudemos constatar as boas condições gerais mencionadas no relatório da Comissão de Avaliação e verificar *in loco* as áreas físicas reservadas para ampliação da Instituição, em especial, do espaço da biblioteca.

Em documento encaminhado ao Relator, a direção da Instituição Toledo de Ensino – ITE apresentou detalhado relato das atualizações ocorridas nos últimos anos, o que demonstra em 2006, e também para os próximos anos um cenário bastante favorável ao seu desenvolvimento como Centro Universitário. Dentre os pontos apresentados, transcrevo abaixo os quadros-resumo do histórico das avaliações dos cursos da ITE, realizadas em 2005, tanto dos de graduação quanto dos sequenciais de formação específica:

Resultado da Avaliação das Condições de Ensino – INEP/MEC

GRADUAÇÃO

CURSO	Período	Organização Didático-Pedagógica	Corpo Docente	Instalações
- Administração	11/2005	CMB	CMB	CMB

- Ciências Contábeis	11/2005	CMB	CB	CMB
- Ciências Econômicas	11/2005	CMB	CB	CMB
- Direito	11/2005	CMB	CMB	CMB
- Serviço Social	11/2005	CMB	CMB	CMB

Fonte: Relatórios Comissão de Avaliação INEP/MEC

### SEQÜENCIAIS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

CURSO	Período Avaliação	Conceito GLOBAL
- Gestão em Pequenas e Médias Empresas	20 e 21/2/2003	“Favorável” (Atendidos os padrões de qualidade do MEC)
- Gestão em Negócios Imobiliários	20 e 21/2/2003	“Favorável” (Atendidos os padrões de qualidade do MEC)

Fonte: Relatórios Comissão de Avaliação INEP/MEC

Como já informado no relatório da Comissão, a ITE possui um curso de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado em Direito Constitucional, iniciado em 1998, recomendado pela CAPES e reconhecido pelo MEC, contando com quatro bolsas originárias daquele órgão. A oferta desse curso merece destaque e demonstra a maturidade da instituição de ensino. No quadro abaixo está demonstrada a situação de matriculados e concluintes ao longo dos últimos quatro anos:

### CURSO DE MESTRADO (2003, 2004, 2005 e 2006)

ANO 2003	Início	Carga Horária	Matriculados	Concluintes
Mestrado em Direito Constitucional	7/3/2003	480 h/a – 32 créditos	30	27

ANO 2004	Início	Carga Horária	Matriculados	Concluintes
Mestrado em Direito Constitucional	20/2/2004	480 h/a – 32 créditos	15	6

ANO 2005	Início	Carga Horária	Matriculados	Concluintes
Mestrado em Direito Constitucional	11/3/2005	480 h/a – 32 créditos	25	
Mestrado em Direito Constitucional	16/9/2005	480 h/a – 32 créditos	24	

ANO 2006	Início	Carga Horária	Matriculados	Concluintes
Mestrado em Direito Constitucional	10/2/2006	480 h/a – 32 créditos	23	

Quanto aos cursos de especialização, o quadro abaixo resume a situação da ITE nos últimos quatro anos:

**CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO**  
(2003, 2004, 2005 e 2006)

ANO 2003	Início	Término	Carga Horária	Concluintes
DIREITO EMPRESARIAL	14/3/2003	1º/2/2005	360	47
DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL	14/3/2003	1º/2/2005	360	70
GESTÃO EMPRESARIAL	4/4/2003	28/8/2004	368	29
GESTÃO FINANCEIRA E CONTROLADORIA	4/4/2003	28/8/2004	368	13

ANO 2004	Início	Término	Carga Horária	Concluintes
LLM DIREITO EMPRESARIAL COM ÊNFASE EM DIREITO DO TRABALHO	19/3/2004	28/2/2006	360	41
LLM EM DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL	19/3/2004	28/2/2006	260	37
LLM EM DIREITO PÚBLICO COM ÊNFASE EM DIREITO TRIBUTÁRIO	19/3/2004	28/2/2006	360	36
FINANÇAS E CONTROLADORIA	26/3/2004	13/8/2005	352	33
GESTÃO EMPRESARIAL	26/3/2004	13/8/2005	360	31
MARKETING	26/3/2004	13/8/2005	368	40

ANO 2005	Início	Término (previsto)	Carga Horária	Concluintes
LLM EM DIREITO EMPRESARIAL COM ÊNFASE EM DIREITO	11/3/2005	26/1/2007	360	....
LLM EM DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL	11/3/2005	26/1/2007	360	....
LLM EM DIREITO PÚBLICO COM ÊNFASE EM DIREITO TRIBUTÁRIO	11/3/2005	26/1/2007	360	....
GESTÃO DE POLÍTICAS E DO TERCEIRO SETOR	8/4/2005	28/1/2007	360	....
FINANÇAS E CONTROLADORIA	11/3/2005	12/8/2006	352	....
GESTÃO EMPRESARIAL	11/3/2005	12/8/2006	360	....
MARKETING	11/3/2005	12/8/2006	368	....



ANO 2006	Início	Término (previsto)	Carga Horária	Concluintes
LLM EM DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL	10/2/2006	1º/2008	360	....
FINANÇAS E CONTROLADORIA	10/2/2006	30/6/2007	352	....
GESTÃO EMPRESARIAL	10/02/2006	30/06/2007	360	....

Com relação ao corpo docente, o quadro a seguir apresenta a situação atual quanto à titulação e ao regime de trabalho:

Titulação e Regime de Trabalho Atual - Docentes – ITE  
2006

Qualificação dos Docentes	Nº de docentes	Percentual total	Regime de Trabalho*					
			TI	%	TP	%	H	%
Doutores	22	13%	7	18%	11	16%	4	6%
Mestres	92	53%	22	56%	49	68%	21	34%
Especialistas	42	24%	10	26%	6	8%	26	42%
Graduados	17	10%	0	0%	6	8%	11	18%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>173</b>	<b>100%</b>	<b>39</b> 22%	<b>100%</b>	<b>72</b> 42%	<b>100%</b>	<b>62</b> 36%	<b>100%</b>

\* TI – Tempo Integral TP – Tempo Parcial H – Horista

Os professores contratados nos regimes acima além das atividades de ensino em sala de aula completam suas jornadas por meio de atividades extraclasse e dedicação à pesquisa e à prestação de serviços à comunidade através dos projetos desenvolvidos pela ITE. O Plano de Carreira Docente prevê o enquadramento funcional dos professores como Auxiliar (graduado), Assistente (mestre) e Titular (doutor).

Com o apoio financeiro previsto no Plano de Capacitação Docente da ITE, entre os anos de 2001 e 2005, houve 11 professores que concluíram cursos de especialização *lato sensu* oferecidos pela própria Instituição e 25 docentes obtiveram seus títulos de Mestre em Direito Constitucional no curso de mestrado da ITE. Já outros 23 professores defenderam suas dissertações ou teses em programas de pós-graduação *stricto sensu* em outras IES, também com apoio financeiro previsto no referido plano. O quadro-resumo abaixo demonstra esta situação:

CAPACITAÇÃO –Resumo

TITULAÇÃO	De 2001 a 2005	
	Na ITE	Em outra IES
• Doutorado	----	13
• Mestrado	25	10
• Especialização	11	----

O quadro seguinte apresenta a evolução geral da titulação do corpo docente da ITE desde o ano de 2001 até 2006:

Titulação – Evolução do Corpo Docente – ITE

Titulação	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Pós Doutorado	....	....	1	2	2	1
Doutorado	13	11	18	20	18	21
Mestrado	70	79	76	82	89	92
Especialista	49	40	30	34	42	42
Graduação	28	30	31	26	17	17
<b>Total</b>	<b>160</b>	<b>160</b>	<b>156</b>	<b>164</b>	<b>168</b>	<b>173</b>

A participação de professores da ITE em eventos científicos dentro e fora da Instituição, no período dos últimos três anos, está demonstrada no quadro abaixo:

Participação de Docentes em Eventos Científicos

Na ITE	2003			2004			2005			Total
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	
Congressos	32	11	46	41	12	54	44	14	66	<b>320</b>
Seminários / Simpósios Conferências	21	14	51	47	13	60	42	14	63	<b>325</b>
Outros Eventos	17	14	49	13	10	29	16	11	38	<b>197</b>
<b>Em outra IES</b>										
Congressos	9	7	17	15	9	23	17	8	22	<b>127</b>
Seminários / Simpósios Conferências	5	6	19	18	10	27	22	8	39	<b>154</b>
Outros Eventos	....	....	....	....	....	....	....	....	....	....

Legenda:

1. Faculdade de Direito
2. Faculdade de Serviço Social
3. Faculdade de Ciências Econômicas

Existem projetos de iniciação científica e atividades de prática de investigação ligadas ao Núcleo de Iniciação Científica, visando à expansão de bolsas nessa área. Vários professores desenvolvem projetos de produção científica com a participação de alunos. Entretanto, há necessidade de expansão dessas atividades.

Embora o programa de iniciação científica ainda não esteja institucionalizado, há alunos vinculados às atividades de pesquisa e de extensão, na qualidade de voluntários ou por ajuda de custo. As atividades de extensão são intensas, caracterizadas pela forte inserção regional da ITE. São, em grande número, parcerias existentes entre as Faculdades e instituições públicas e privadas e o setor empresarial. De acordo com a direção da ITE, tais

programas representam uma das marcas prioritárias de qualidade do futuro Centro Universitário.

A Instituição apresentou quadro que assinala os congressos de iniciação científica realizados no período 2004/2006, com envolvimento de professores e de alunos, como parte de sua formação.

Iniciação Científica

Evento	Período de Realização	Nº de Inscritos	Nº de Trabalhos Apresentados
I Congresso de Iniciação Científica	27 a 29/4/2004	179	80
II Congresso de Iniciação Científica	9 a 11/5/2005	285	100
III Congresso de Iniciação Científica	4 a 8/4/2006	327	124

Quanto aos Projetos Sociais desenvolvidos pela ITE no Município de Bauru e região de seu entorno, destacam-se aqueles realizados por docentes e alunos da Faculdade de Serviço Social, conforme indica o quadro abaixo:

Projetos Sociais – ITE

Programas – Eventos	Nº de Pessoas Atendidas				
	2001	2002	2003	2004	2005
Pesquisa sobre as demandas socioassistenciais do Parque Jaraguá	500 famílias 30 alunos 10 professores	....	....	....	....
Projeto Brincando e Aprendendo	25 crianças	25 crianças	25 crianças	....	....
Projeto Garoto Cidadão	20 adolescentes	20 adolescentes	20 adolescentes	25 adolescentes	25 adolescentes
Projeto Nossa Família	20 famílias	20 famílias	15 famílias	16 famílias	16 famílias
Projeto Serviço Social na Escola E.E.P.G. Luís Castanho de Almeida	500 alunos	500 alunos	500 alunos	25 alunos	25 alunos
Projeto “Eternos Jovens”	65 idosos	65 idosos	65 idosos	50 idosos	50 idosos
Projeto Núcleo de Apoio Sócio-Familiar NAF – Pq. Jaraguá	350 famílias	941 famílias	1.270 famílias	1.440 famílias	1.520 famílias
Projeto CRAMI – Centro de Registro de Atenção aos Maus Tratos à Infância	1.000	949 casos em acompanhamento	1.300	1.040	1.483
Estudo sócio-	....	250 famílias	....	....	....

econômico das famílias de alunos da E.E. Prof. Antonio Xavier de Mendonça					
Projeto Mobilização contra a Violência – Caminhada de Sensibilização	....	400	....	....	....
Diagnóstico participativo regionalizado		250			
Projeto Cidadania em Ação – Parque Real	....	100 famílias	....	....	....
Pesquisa “Perfil dos Meninos de/na Rua de Bauru” por solicitação do CMDCA	....	....	66 crianças	....	....
Pesquisa “A face oculta da prostituição”, por solicitação do CONSEG	....	....	98 pessoas	....	....
Pesquisa sobre “Vitimização no município de Bauru” por solicitação da Polícia Militar	....	....	....	....	254
Pesquisa Perfil do Jardim Ivone	....	....	....	500 pessoas	....
Pesquisa Perfil do Jardim Prudência, por solicitação da Associação dos moradores local	....	....	....	....	350 famílias
Diagnóstico das regiões de vulnerabilidade do município de Pederneiras, por solicitação do Pref. Municipal	....	....	....	....	1.200 famílias
Diagnóstico das regiões de vulnerabilidade do Município de Macatuba, por solicitação do Pref. Municipal	....	....	....	....	900 famílias
Projeto Núcleo de Apoio	....	....	....	....	250 famílias

sociofamiliar – NAF Parque Real					
Pesquisa Perfil População de Rua de Bauru	...	...	...	...	65 moradores
Pesquisa Mapeamento da pessoa com deficiência do município de Agudos	...	...	...	...	500 pessoas
Pesquisa Mapeamento do Trabalho Infantil na região de Bauru, Pederneiras, Piratininga, Duartina, Macatuba, Jaú e Espírito Sto. do Turvo	...	...	...	...	500 crianças e adolescentes

Há vários anos, a ITE mantém parcerias com empresas da região por seus cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, e emprega o trabalho de discentes destes cursos em **Empresa Júnior**, com acompanhamento e supervisão de professores. O quadro abaixo apresenta um resumo do trabalho:

Ano	Projeto / Empresa atendida	Objetivo
2001	Consultoria Atendimento ao Cliente / ACF Asa Sul	Proposto: Pesquisa com coleta de dados sobre atendimento ao cliente, pesquisa e análise de comportamento de funcionários em relação ao atendimento ao cliente Alcançado: concluiu-se que o atendimento é bom, mas possui alguns pontos a serem melhorados
Total	1	
2002	Projeto de <i>Marketing</i> / Escola GBI S/A Treinamento sobre rotina de trabalho e informática / Legião Feminina de Bauru	Proposto: Planejamento de Marketing Alcançado: Levantaram-se algumas sugestões: segmentar o mercado, utilizar dados econômicos e financeiros para direcionar a estratégia da empresa, viabilizar novos negócios, fortalecer a marca GBI perante acionistas Proposto: Preparar legionárias para o mercado de trabalho Alcançado: Orientação sobre caixas automáticos, cartões magnéticos, débito e crédito, nota fiscal, fatura, duplicata, CNPJ e DPF
Total	2	
2003	Seqüência do Projeto Legião Feminina	Proposto: Preparar legionárias para o mercado de trabalho Alcançado: Continuidade das orientações

	Projeto DTCOM  Treinamento CCI	Proposto: Atender à comunidade acadêmica referente a cursos via satélite. Alcançado: Treinamento  Proposto: Capacitar os alunos integrantes da Empresa Júnior Alcançado: Entendimento da dimensão do mercado de trabalho
Total	3	
2004	Curso de <i>Marketing</i>  Seqüência do Projeto DTCOM	Proposto: Preparar alunos para oferecerem consultoria na área Alcançado: Maior número de consultores e atendimento de demanda por clientes externos  Proposto: Atender à comunidade acadêmica referente a cursos via satélite Alcançado: Treinamento
Total	2	

Ano	Projeto / Empresa atendida	Objetivo
2005	Consultoria Financeira / Associação Comercial (15 empresas envolvidas)	Proposto: Implantação do sistema de custos Alcançado: As empresas obtiveram um entendimento melhor na área de finanças e custos
	Análise da viabilidade econômico-financeira no setor de Hidroponia / NAF	Proposto: Levantar recursos para financiamento do projeto social Alcançado: Alicerce de conhecimento na área de projetos
	Apoio a treinamento / FUNDATO	Proposto: Capacitar usuários da fundação nas questões contábil-financeiras Alcançado: Integração aluno e Fundação
	Consultoria / Toshiba	Proposto: Diagnóstico financeiro Alcançado: Aplicação prática dos conhecimentos em finanças
	Consultoria / Sanpper	Proposto: Diagnóstico financeiro Alcançado: Aplicação prática dos conhecimentos em finanças
	Pesquisa preços / DATA-ITE	Proposto: Coleta de dados do preço do combustível em Bauru/ subsídios Alcançado: Conhecimento de pesquisa, visibilidade
Total	6	
2006	Consultoria Financeira / Venacar  Palestra sobre mercado de trabalho / NAF – Pq. Real	Proposto: Implantação do sistema de custos  Proposto: introdução dos adolescentes carentes para o mercado de trabalho
Total	2	

Total Geral: (de 2001 a maio de 2006): 16 projetos.

O Escritório de Assistência Jurídica da ITE, vinculado à Faculdade de Direito de Bauru, realiza atendimento gratuito destinado à população de baixa renda. O quadro abaixo apresenta a quantidade de atendimentos nos últimos seis anos:

Escritório de Assistência Jurídica

Ano	Atendimento ao Público	Atendimentos efetuados (cadastrado)	Processos Ajuizados	Processos Concluídos (arquivados)	Processos em Andamento
2000	150	91	62	54	62
2001	156	147	179	134	188
2002	334	192	140	111	189
2003	1.008	218	263	159	343
2004	1.014	446	222	60	317
2005	1.168	667	293	160	175
2006 *	256	250	69	25	194

\* até maio de 2006

Em visita à Biblioteca, os conselheiros constataram que os três espaços existentes (um para o curso de Direito, da Faculdade de Direito de Bauru; outro, para os cursos de Administração, Ciências Econômicas e Serviço Social, da Faculdade de Ciências Econômicas e da Faculdade de Serviço Social; e o terceiro espaço, destinado aos cursos de pós-graduação), embora organizados e agradáveis, ainda são insuficientes para abrigar a dimensão do projeto do novo Centro Universitário.

De acordo com o depoimento de alunos e professores, o acervo está atualizado, conta com número de exemplares adequado e a política de expansão e de atualização é satisfatória, sendo elogiada a presteza com que as obras indicadas são adquiridas. O pessoal técnico-administrativo é qualificado e existe apoio para elaboração de trabalhos acadêmicos, por meio de manual de orientação e de assistência direta e pessoal.

Na oportunidade, foram apresentadas aos conselheiros pela direção da ITE as três áreas livres, anexas ao atual *campus* da Instituição, onde se pretende implantar a biblioteca central, após o credenciamento pleiteado. As respectivas certidões das Matrículas destes imóveis expedidas pelo 1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Bauru, de números 505, 2.492 e 3.136, foram encaminhadas a este Relator e passam a fazer parte integrante do presente processo.

No quadro seguinte, estão relacionadas todas as obras constantes do acervo da ITE, divididas pelas três bibliotecas, atualizadas até maio de 2006:

BIBLIOTECAS – Acervo

BIBLIOTECA	Quantidade	Livros	Monografias	Periódicos	Fitas de Vídeo	DVD	Obras digitalizadas	Total
Rui Barbosa	Títulos	26.413	562	602	254	20	193	28.044
	Exemplares	35.230	623	14.174	276	20	649	50.967
Primeiro de Agosto	Títulos	21.861	195	324	1.723	7	294	24.404
	Exemplares	28.893	212	7.268	1862	9	362	38.606
Mestrado em Direito	Títulos	4.277	235	122	106	-	20	4.760
	Exemplares	4.754	235	659	106	-	25	5.779
TOTAL	TÍTULOS	52.551	992	1.048	2.083	27	507	57.208
	EXEMPLARES	68.877	1.070	22.101	2.244	29	1.036	95.352

Fonte: Biblioteca-ITE

Além das revistas **RIPE – Revista Instituto de Pesquisas e Estudos – Divisão Jurídica**/Revista da Produção Docente da Instituição e de convidados editada pela Faculdade de Direito de Bauru, registrada no ISSN sob n° 1413-7100, que está na 44ª edição (Setembro a Dezembro de 2005), e **RIPE – Revista Instituto de Pesquisas e Estudos – Divisão Serviço Social**, revista editada pela Faculdade de Serviço Social de Bauru para divulgação da produção do seu corpo docente, registrada no ISSN sob n° 1676-3637, a Instituição incentiva a produção acadêmica de seus professores e apóia a publicação de suas obras. O quadro abaixo traz a relação de livros publicados com o apoio da ITE, nos últimos quatro anos:

Livros Publicados pela ITE

Título	Autores (Obra Coletiva)	Ano	Tiragem	Temas
Perfis da Tutela Constitucional dos Direitos Fundamentais	OLIVEIRA, Flávio Luiz de (Organizador) / NUNES, Lydia Neves Bastos Telles (Colab.) / ALMEIDA, Daniel Freire e (Colab.) / BAHIA, Cláudio José Amaral (Colab.) / ALVARES, Silvio Carlos (Colab.) e outros	2005	500	16
Tutelas Coletivas e Efetividade do processo	OLIVEIRA NETO, Olavo de (Organizador)/ RAGAZZI, José Luiz (Colab.) / GIMENES, Daniela Nunes Veríssimo (Colab.) e outros	2005	500	14
A tutela da água e algumas implicações nos direitos fundamentais	ARAUJO, Luiz Alberto David (Coordenador) / RODRIGUEIRO, Daniela Aparecida / RAGAZZI, José Luiz / ANSELMO, José Roberto /	2002	500	18



	NUNES, Lydia Neves Bastos Telles / RODRIGUES, Ney Lobato / OLIVEIRA NETO, Olavo de / MANDELLI, Roberto Mendes / ALVARES, Silvio Carlos / LUNARDI, Soraya Regina Gasparetto			
Efetivando Direitos CONSTITUCIONAIS	ARAUJO, Luis Alberto David (Coordenador) / CURY, Afifi Habib (Colab.) / RODRIGUEIRO, Daniela Aparecida (Colab.) / NEME, Eliana Franco (Colab.) / COELHO, Fábio Alexandre (Colab.) / OLIVEIRA, Flavio Luis de (Colab.) / RAGAZZI, José Luiz (Colab.) / ANSELMO, José Roberto (Colab.) / NUNES, Lydia Neves Bastos Telles (Colab.) / OLIVEIRA NETO, Olavo de (Colab.) / DANIEL, Roberto Francisco (Colab.) / LUNARDI, Soraya Regina Gasparetto (Colab.) e outros	2003	500	22
Tutelas Coletivas e Efetividade do Processo	OLIVEIRA NETO, Olavo de (Organizador) / RAGAZZI, José Luiz (Colab.) / DIAS, Jefferson Aparecido (Colab.) / MIRANDA, Anna Carolina de (Colab.) / GIMENES, Daniela Nunes Veríssimo (Colab.) e outros	2005	500	14
A proteção da pessoa portadora de deficiência: um instrumento de cidadania	ARAUJO, Luis Alberto David (Coordenador) / GOBBI, Carlos Augusto (Colab) / MUNIZ, Egli (Colab) / NEME, Eliana Franco (Colab) / TRECENTI, Fernanda Eloísa (Colab), OLIVEIRA, Flávio Luís (Colab) / RAGAZZI, José Luiz (Coord.) / PEGORARO, Luiz Nunes (Colab) / NUNES, Lydia Neves Bastos Telles (Colab.) / RODRIGUES, Ney Lobato / OLIVEIRA NETO, Olavo de (Colab) / FREITAS, Paulo Henrique de S. (Colab) / ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora (Colab) / DANIEL, Roberto Francisco (Colab.) / SERRANO JUNIOR, Vidal (Colab) / LUNARDI, Soraya Regina Gasparetto (Colab) / ROTHENBURG, Walter Claudius e outros	2006	500	17
Direito da PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA: uma tarefa a ser completada	ARAUJO, Luis Alberto David (Coordenador) / CALAIS, Camila Leal (Colab.) / BAHIA, Cláudio José Amaral (Colab.) / SEGALLA, Conrado Rodrigues (Colab.) / ALMEIDA, Daniel Freire e (Colab.) / RODRIGUEIRO, Daniela Aparecida (Colab.) / NEME, Eliana Franco (Colab.) / BIANCHI, Haroldo Cesar (Colab.) / RAGAZZI, José Luiz (Colab.) / ANSELMO, José	2003	500	20

	Roberto (Colab.) / NUNES, Lydia Neves Bastos Telles (Colab.)/ GAVALDAO, Marcio (Colab.) / RODRIGUES, Ney Lobato (Colab.) / OLIVEIRA NETO, Olavo de (Colab.) / MANDELLI JUNIOR, Roberto Mendes (Colab.) ALVARES, Silvio Carlos (Colab.) / LUNARDI, Soraya Regina Gasparetto (Colab.) e outros			
Ações afirmativas e inclusão social	NEME, Eliana Franco (Org.) / LORA ALARCON, Pietro de Jesus (Apres.) / CARREIRA, Alexandre Luiz Fantin (Colab.) / SANTOS, Caio Augusto Silva dos (Colab.) / CABRINI JUNIOR, Plínio Antonio (Colab.) e outros	2005	500	12
Novo Código Civil: interfaces no ordenamento jurídico brasileiro	HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes (Coord. e co-autora) / Participação Especial: Afifi Habib Cury; Caio Augusto Silva Santos ; Cláudio José Amaral Bahia, Conrado Rodrigues Segalla; Daniel Freire e Almeida; Daniela Aparecida Rodrigueiro ; José Francisco da Silva Neto; Lucas Pimentel de Oliveira; Lydia Neves Bastos Telles Nunes; Magali Ribeiro Collega; Maria Isabel Jesus Costa Canellas; Paulo Henrique da Silva Godoy; Reinaldo Antônio Aleixo; Ricardo da Silva Bastos; Silvio Carlos Alvares; Soraya Regina Gasparetto Lunardi e outros	2004	500	24
15 anos da CONSTITUICAO FEDERAL: em busca da efetividade	ARAUJO, Luis Alberto David (Coord.) / SEGALLA, José Roberto Martins (Coord.) / BRIANI, Alberto (Colab.) WAJNGARTEN, Aron (Colab.) / CALAIS, Camila Leal (Colab.) / BAHIA, Cláudio José Amaral (Colab.) / SEGALLA, Conrado Rodrigues (Colab.) / RODRIGUEIRO, Daniela Aparecida (Colab.) / NEME, Eliana Franco (Colab.) / PRIMOLAN, Emílio Donizete (Colab.) / OLIVEIRA, Flávio Luís (Colab.) / TUSA, Gabriele (Colab.) / RAGAZZI, José Luiz (Colab.) / NUNES, Lydia Neves Bastos Telles (Colab.) / CANELLAS, Maria Isabel Jesus Costa (Colab.) / RODRIGUES, Ney Lobato (Colab.) / LORA ALARCON, Pietro de Jesus (Colab.) / DANIEL, Roberto Francisco (Colab.) / MANDELLI JUNIOR, Roberto Mendes (Colab.) / PIVA, Rui Carvalho (Colab.) e outros	2003	500	21

O quadro abaixo apresenta a relação da **produção científica** do corpo docente da Instituição, nos últimos três anos; dentre os docentes que concluíram o mestrado ou doutorado nos últimos quatro anos, acrescenta-se como produção científica mais 36 dissertações e 24 teses.

<b>PRODUÇÃO CIENTÍFICA</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>
Artigos publicados em periódicos nacionais.	39	41	49
Artigos publicados em periódicos estrangeiros.	3	5	7
Artigos publicados em periódicos próprios.	26	30	36
Trabalhos completos publicados em anais de congressos.	9	11	7
Resumos publicados em congressos científicos.	7	5	6
Livros publicados.	6	4	5
Capítulos de livros publicados.	12	17	18

A produção acadêmica discente também pode ser contabilizada como ponto importante e constitui diferencial no ensino de graduação da ITE. O depoimento de estudantes apontou para a exigência de trabalhos de conclusão de cursos e conferiu importância para a apresentação do quadro abaixo, relativo aos últimos cinco anos, por curso:

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

ANO	ADMINISTRAÇÃO	ECONOMIA	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	DIREITO	SERVIÇO SOCIAL	TOTAL
2001	89	19	19	----	39	166
2002	155	52	62	523	18	810
2003	131	27	46	517	37	758
2004	189	38	34	441	35	737
2005	178	25	32	409	44	688

Quanto aos nove projetos de pesquisa em andamento, todos estão representados por atividades em Direito Constitucional, Direito Civil e Direito Processual Civil. Cabe registrar que a prática da pesquisa deverá merecer maiores incentivos da ITE durante seu primeiro prazo de credenciamento como Centro Universitário. O quadro abaixo apresenta e relaciona tais projetos, de acordo com a coleta CAPES/2005:

Projetos de Pesquisa – 2005 – Registrado no Coleta CAPES

Título / Docente Responsável	Objetivo	Duração
A Tutela da Intimidade e da Privacidade / Antonio C. da Ponte	O projeto pretende investigar aspectos da intimidade e da privacidade, procurando demonstrar as relações entre segurança e a privacidade e a intimidade no estado moderno	1 a 2 anos
A Tutela das Pessoas Portadoras de Deficiência e do Idoso na Constituição Federal / Luiz A. Davi Araújo	O Projeto pretende investigar a proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência e do idoso na Constituição Federal	1 a 2 anos
Jurisdição Constitucional e a Proteção das Minorias / Eliana Franco Neme	O projeto tem por objetivo a análise comparativa dos julgados da Cortes Constitucionais e Internacionais, nos assuntos referentes à proteção dos direitos humanos, notadamente quanto ao entendimento desses Tribunais nas questões relacionadas à proteção das minorias, incluindo as ações afirmativas	1 a 2 anos
Efetividade dos Direitos Constitucionais / Vidal Serrano Júnior	Visa discutir a utilização dos instrumentos constitucionais para efetivação da cidadania, assim como a busca para uma interpretação mais progressiva do texto. Temas com meio ambiente, direitos do consumidor, direito à saúde e o próprio controle da constitucionalidade formam o grupo de estudo deste projeto, sempre tendo em vista uma maior abrangência e aplicação da Constituição Federal	1 a 2 anos
Instrumentos para a Tutela da Segurança Jurídica / Pietro de Jesus Lora Alarcon	O bem analisado neste projeto é a segurança jurídica. O controle de constitucionalidade, o princípio da legalidade, a necessidade de regulamentação de determinados comandos constitucionais constituem bens que garantem o direito à segurança jurídica. A discussão sobre os instrumentos que viabilizam tal direito é o centro do projeto.	1 a 2 anos
A Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural / Walter Rothenburg	O projeto pretende identificar o patrimônio histórico e cultural de Bauru e região, resgatando a nascente econômica do entroncamento ferroviário, matriz do desenvolvimento da região noroeste paulista. O projeto pretende promover a inserção da IES na comunidade bauruense e colaborar para a preservação do patrimônio histórico e cultural.	1 a 2 anos

A Proteção Constitucional da Família / Lydia Neves Bastos Telles Nunes	Visa discutir as novas entidades familiares estabelecidas constitucionalmente, incluindo a família homoafetiva, ou homossexual, como uma das espécies. O projeto visa também investigar a inseminação artificial e os embriões excedentário, diante da falta de regulamentação de tão importante tema. Outro aspectos abordado pelo projeto é a tutela do idoso, consoante o novo Estatuto e sua efetividade	1 a 2 anos
As Garantias Constitucionais do Processo / Flávio Luis de Oliveira	Investigar o processo e sua celeridade como instrumento de efetivação da Justiça. A partir dos instrumentos processuais, os pesquisadores pretendem investigar a efetividade da justiça, analisando a realidade da atividade forense	1 a 2 anos
Tutela Difusa e Coletiva / Olavo de Oliveira Neto	A legitimação individual reparte, na sociedade moderna, com a tutela coletiva e difusa o centro das atenções. A concepção individualista do processo vem cedendo para novos conceitos, implantados a partir da idéia de direitos difusos e coletivos	1 a 2 anos
Total de Projetos: 09		

Cabe registrar que com a promulgação da **Lei nº 10.861/2004**, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (**SINAES**), foi também constituída em cada IES a Comissão Própria de Avaliação – CPA, que, no caso particular da ITE, reformulou o processo de auto-avaliação em curso, para adequá-lo aos ditames da nova Lei, produzindo, dessa forma, novas propostas de cada uma das três faculdades, que foram encaminhadas a este relator por solicitação do conselheiro Antônio Carlos Caruso Ronca durante a visita à Instituição.

Essas propostas, que passam a fazer parte integrante deste processo, mereceram da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) parecer indicativo de acolhimento, por meio do Ofício Circular/INEP/DEAES nº 81, datado de 7/7/2005, e transcrito a seguir:

***Parecer da Comissão Técnica em Avaliação da CONAES***

*Registra-se que a IES atendeu à solicitação de formulação de uma Proposta de Auto-Avaliação e foi emitido o Parecer que segue:*

*A Proposta apresentada contempla o **Roteiro de Auto-Avaliação Institucional 2004: orientações gerais**, publicação da CONAES/INEP. A Proposta indica que houve articulação entre a realidade da IES e as dimensões da Avaliação Institucional, atendendo aos princípios e diretrizes do SINAES. É possível identificar, no texto, que a Proposta é resultado da interação entre os atores envolvidos no processo avaliativo,*

*mostra-se coerente com os objetivos e funções de uma Instituição de Educação Superior e assegura a identidade institucional.*

*A metodologia incorpora instrumentos de coleta de dados que possibilitam análise quantitativa e qualitativa. Indica claramente que os resultados servirão de subsídios para a tomada de decisões, de acordo com a inserção da IES no contexto local e regional. Assim, esta Diretoria ressalta que a etapa seguinte é realizar a Auto-Avaliação e utilizar seus resultados para o aperfeiçoamento das atividades acadêmicas e de gestão institucional.*

Em síntese, o que os conselheiros puderam constatar é que a ITE é uma instituição de ensino superior comprometida com um projeto educacional de valor e dirigida por educadores e professores experientes e conscientes de suas responsabilidades com o Município de Bauru e os de seu entorno. Os 50 anos de experiência e tradição da ITE no ensino superior da região central do Estado de São Paulo correspondem às expectativas de quem visita e avalia a Instituição. Há real potencial no ensino de graduação e de pós-graduação, com características específicas pelas ações extensionistas e por uma forte inserção regional e comunitária.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Diante de todo o exposto, considerando a visita *in loco* dos conselheiros e os termos dos Decretos nº 5.773, de 9/5/2006, e nº 5.786, de 24/5/2006, voto favoravelmente ao credenciamento, pelo prazo de 3 (três) anos, do Centro Universitário de Bauru, com sede no Município de Bauru, no Estado de São Paulo, por transformação da Faculdade de Ciências Econômicas de Bauru, da Faculdade de Direito de Bauru e da Faculdade de Serviço Social de Bauru, todas com sede na cidade de Bauru, no Estado de São Paulo, mantidas pela Instituição Toledo de Ensino, sediada na mesma cidade e Estado, aprovando, por este ato, também o Estatuto e o PDI constantes deste processo. A Instituição deverá apresentar à SESu/MEC, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da Portaria Ministerial de homologação deste Parecer, nova proposta de Estatuto do Centro Universitário de Bauru a fim de atender ao que estabelecem os citados Decretos nº 5.773/2006 e nº 5.786/2006.

Brasília (DF), 7 de julho de 2006.

Conselheiro Milton Linhares – Relator

## **III – DECISÃO DA CÂMARA**

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do Relator.  
Sala das Sessões, em 7 de julho de 2006.

Conselheiro Antônio Carlos Caruso Ronca – Presidente

Conselheiro Paulo Monteiro Vieira Braga Barone – Vice-Presidente